



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**YAN FELIPE SOUZA LOPES**

**“AFIM DE LIVRAR ESTE POVO DESTE PENOSO CATIVEIRO”: A RESPOSTA  
DA CÂMARA DE GOIANA FRENTE A POLÍTICA DA COMPANHIA GERAL DE  
PERNAMBUCO E PARAÍBA. (1760-1780)**

**RECIFE**

**2026**

**YAN FELIPE SOUZA LOPES**

**“AFIM DE LIVRAR ESTE POVO DESTE PENOSO CATIVEIRO”: A RESPOSTA  
DA CÂMARA DE GOIANA FRENTE A POLÍTICA DA COMPANHIA GERAL DE  
PERNAMBUCO E PARAÍBA. (1760-1780)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Profa. Dra. Suely Creusa Cordeiro de Almeida.

Coorientador: Profa. Dra. Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira.

**RECIFE**

**2026**

**YAN FELIPE SOUZA LOPES**

**“AFIM DE LIVRAR ESTE POVO DESTE PENOSO CATIVEIRO”: A RESPOSTA  
DA CÂMARA DE GOIANA FRENTE A POLÍTICA DA COMPANHIA GERAL DE  
PERNAMBUCO E PARAÍBA. (1760-1780)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de História da Universidade  
Federal Rural de Pernambuco como requisito  
para a obtenção do título de Licenciado em  
História.

Recife, 06/02/2026

Banca Examinadora

---

Orientador: Profa. Dra. Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Departamento de História

---

Coorientador: Profa. Dra. Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira

Pós-doutoranda do PGH em História da UFRPE

---

Prof. Dr. Paulo Fillipy de Souza Conti

Secretaria de educação de Itapissuma

---

Prof. Dr. Juarlyson Jhones Santos de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE - Campus  
Afogados da Ingazeira).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

L864“ Lopes, Yan Felipe Souza.  
“Afim de livrar este povo deste penoso cativoiro”:  
A resposta da Câmara de Goiana frente à política da  
Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.  
(1760-1780) / Yan Felipe Souza Lopes. - Recife,  
2025.  
57 f.

Orientador(a): Suely Creusa Cordeiro de Almeida.  
Co-orientador(a): Luanna Maria Ventura dos  
Santos Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –  
Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Licenciatura em História, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências e anexo(s).

1. Antigo Regime. 2. Câmaras municipais. 3.  
Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. 4.  
Elites (Ciências sociais) - Atitudes I. Almeida, Suely  
Creusa Cordeiro de, orient. II. Oliveira, Luanna  
Maria Ventura dos Santos, coorient. III. Título

CDD 909

## AGRADECIMENTOS

Chegado o final de uma jornada tão longa e difícil, torna-se ainda mais complicado colocar em palavras o sentimento de gratidão. Afinal, foram tantos e tantas que, desde o longínquo mês de março de 2020, contribuíram e me ajudaram nessa verdadeira Odisséia, que posso acabar esquecendo de mencionar alguém.

Em primeiro lugar, agradeço aos membros que compuseram minha banca de TCC. Às minhas queridas orientadoras, Suely Almeida e Luanna Oliveira, fica meu imenso agradecimento. Fiz contato com a professora Suely já nos momentos finais da graduação, momento em que já havia feito de tudo dentro do curso, exceto a pesquisa, que àquela altura parecia algo impossível pra mim. Graças a ela e a professora Luanna, pude experienciar pelo menos um pouco do ofício do historiador. Aos professores Paulo Conti e Juarlyson Souza, agradeço por todos os comentários no dia da defesa, todos essenciais para o desenvolvimento da versão final deste trabalho. A todos, meu muito obrigado!

Agradeço imensamente à toda minha família pelo apoio de sempre. Meus pais, Wolmer e Luziana, que me incentivaram cada um a sua forma e nunca deixando que os momentos mais difíceis, sem bolsa ou emprego, me impedissem de focar no estudo e em minha formação. Às minhas queridas irmãs, Yana e Carol, que como sempre gosto de frisar, são minhas grandes amigas! Agradeço muito a elas por todo apoio, encorajamento e por sempre acreditarem em mim. Agradeço aos meus tios Ana e João Paulo e à minha querida avó Cida pela presença de sempre nos momentos mais importantes. E à todos os membros da família Souza/Lopes, os que estão aqui e os que já se foram, por todos os momentos vivenciados ao longo destes anos. Muito obrigado, amo muito todos vocês! Não posso deixar de agradecer também à família Neves Gouveia, família que ganhei e que me recebeu de braços abertos. À Marcílio, Kátia, Letícia, Nycollas e tantos agregados, meu muito obrigado!

Agradeço aos amigos feitos em sala, grupos de estudo e mesas de bar durante esses anos. Na universidade pude conhecer pessoas extraordinárias e que contribuíram decisivamente para que minha experiência tenha sido uma das melhores possíveis. Agradeço à

Carlos, Luiz, Pablo e Vitor por todas as conversas, das mais banais às mais banais ainda, e pela amizade que construímos, que com toda certeza do mundo levarei para a vida. Aos queridos Douglas, Sarah, Miguel e Camylle, colegas que se tornaram grandes amigos. Por fim, agradeço aos meus amigos de fora da universidade, que mesmo com a distância criada pelos diferentes caminhos que seguimos na vida, continuaram presentes. À Léo, Bruno, Ana, Felipe e Vinícius, meu mais profundo obrigado!

Sou muito grato pelas oportunidades que o curso me deu. Pude participar de vários projetos e trabalhar com vários professores e colegas excepcionais. Agradeço à todos que fizeram o Pré-Vestibular Mais que o Enem, primeiro lugar em que me aventurei como professor, e todos que fazem o Prepex e o Portal, obrigado pela chance de ser docente. Agradeço aos queridos colegas que conheci enquanto estagiário da Prefeitura do Recife no Circuito Sagrado e no Parque de Esculturas, atuar em espaços de educação não formais foi um desafio tão grande quanto prazeroso e engrandecedor. Agradeço às professoras Maria Emília Vasconcelos, Mariana Dantas e Juliana Andrade pelo excelente trabalho feito enquanto coordenadoras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, programa dos mais fundamentais e que fez uma enorme diferença na minha trajetória enquanto professor em formação. Estendo o agradecimento aos professores Romerito Arcoverde e Bruno Barros, com quem pude aprender sobre a docência em todos os seus aspectos. Agradeço ao professor Kleber Clementino pelos aprendizados que tive enquanto seu monitor na disciplina de História Medieval I e pelo apoio de sempre.

Por fim, agradeço à Amanda Neves Gouveia da Silva. Não existem palavras que possam expressar tudo o que eu queria, mas talvez a melhor seja o mais sincero obrigado! Obrigado por todo o amor, apoio incondicional, parceria, e por tudo que vivemos nesses quase três anos. A universidade me proporcionou muitas coisas importantes, mas nenhuma tão bonita e tão incrível quanto poder compartilhar a vida contigo. Te amo.

Para toda a minha família.



---

**“Afim de livrar este povo deste penoso cativoiro”: A resposta da Câmara de Goiana frente a política da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. (1760-1780)**

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a representação da atuação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba feita pela Câmara da Vila de Goiana em carta enviada para a Rainha D. Maria I em 1778, buscando com isso identificar os traços da cultura política do Antigo Regime presentes no agir e nas reivindicações da edilidade, bem como sua posição em meio às disputas locais. A análise da fonte se deu sob a metodologia da Análise de Conteúdo, a partir da criação de categorias. Com nosso estudo, buscamos demonstrar o uso de estratégias reivindicatórias típicas da elite pernambucana e a permanência de uma prática política de Antigo Regime, assim como situar a elite camarária de Goiana dentro das disputas geradas pelo estabelecimento da referida Companhia e propor sua caracterização.

**Palavras-chave:** Antigo Regime; Câmaras Municipais; Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba; Elites locais.

**Introdução:**

Este trabalho tem como objetivo analisar a maneira com que a Câmara Municipal da Vila de Goiana, em Pernambuco, caracterizou a atuação da Companhia de Comércio Pernambuco-Paraíba (1760-1780),



---

utilizando como fonte uma correspondência enviada pela câmara para a Rainha Maria I em 1778. O estabelecimento da referida companhia se insere no contexto de centralização política, administrativa e econômica empregado pela Coroa portuguesa e por seu Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, a partir de meados do século XVIII, e tinha como objetivo monopolizar o comércio feito nas capitanias. Apesar de alguns setores da elite pernambucana buscarem a participação na companhia, a política não agradou à parte dos nobres da terra, que a criticaram desde seu estabelecimento, gerando uma disputa política entre os poderes estabelecidos em Pernambuco, acostumados com a autonomia, e a Coroa.

Apesar de ser uma região de grande importância no período colonial, sendo cabeça da capitania de Itamaracá entre 1685 e 1709 e posteriormente de 1742 até a anexação da capitania por Pernambuco, a historiografia sobre Goiana ainda é pequena. Entre os trabalhos de maior destaque encontram-se a obra de Ângelo Jordão Filho, “Povoamento, hegemonia e declínio de Goiana.” (FILHO, 1978), o livro de Manuel Correia de Andrade, “Itamaracá, uma capitania frustrada.” (ANDRADE, 1999), e a dissertação de mestrado de Luciana de Carvalho Barbalho Velez, que trata dos conflitos entre as elites camarárias da capitania de Itamaracá e as disputas entre Goiana e Nossa Senhora da Conceição pelo posto de cabeça da capitania (BARBALHO, 2009). Além da obra “Itapissuma: de aldeia a povoado (XVI-XIX).” (ALMEIDA, LIMA E OLIVEIRA, 2024). Entretanto, inexistem pesquisas que tratem da localidade ou de sua câmara no período de estabelecimento da Companhia de Comércio.

Como dito anteriormente, nossa análise se dará a partir de uma carta enviada pela câmara em 1778 para a Rainha Maria I, buscando analisar não



---

apenas o modo com que a edilidade representou a Companhia de Comércio, mas como a representação revela os traços da cultura política do Antigo Regime presentes no discurso e no agir desses agentes. Além disso, a partir desse entendimento, abre-se a possibilidade de inferir quem ocupava a câmara no momento de escrita da carta. Para tal, utilizaremos da Análise de Conteúdo, sob o prisma da Análise de Avaliação Representacional, e a partir da criação de categorias de análise após a leitura do texto, seguindo o que foi proposto por Laurence Bardin (2011). O uso da correspondência como fonte se insere na tendência crescente de estudar as interações entre poderes na Monarquia portuguesa a partir da comunicação política, entre os quais destacamos como importantes interlocutores na produção deste trabalho: CARDIM e KRAUSE, 2016. CURVELO, 2022. FRAGOSO e MONTEIRO (orgs), 2017. E SOUZA, 2021.

No primeiro momento de nosso trabalho, buscaremos caracterizar a Monarquia Portuguesa, entendendo sua lógica de funcionamento, as características dos diferentes corpos sociais que a compõem, com especial atenção às câmaras municipais, e as mudanças iniciadas a partir da primeira metade do século XVIII que culminaram nas reformas pombalinas. Em seguida, daremos especial atenção às dinâmicas das principais câmaras de Pernambuco e Itamaracá, com ênfase em sua relação com a Coroa, principalmente a partir da maior intervenção régia em questões locais. É a partir dessas considerações que, na parte final de nosso trabalho, onde realizaremos a análise da carta, poderemos compreender como a implantação da Companhia afetou a dinâmica dos poderes em Pernambuco, assim como a razão de ser da atuação. Além disso, nossa investigação possibilitou depreender acerca da filiação dos



---

camarários goianenses, isto é, se eram membros da açucarocracia ou homens do comércio de grosso trato.

## **A Historiografia sobre o Estado Português Moderno: Interpretações, Problemas e Novas Abordagens**

Em primeira análise, entendemos ser relevante caracterizar a Monarquia portuguesa na Época Moderna, para melhor compreender as mudanças ocorridas a partir do século XVIII e aprofundadas de 1750 em diante durante o governo de D. José I, sobretudo na atuação do Marquês de Pombal. Visando essa caracterização, entendemos ser importante, inicialmente, pontuar algumas questões sobre a historiografia referente ao exercício de poder e ao Estado na Modernidade.

As reflexões acerca das Monarquias da Modernidade estiveram presentes já nos primeiros estudos mais extensos sobre o Estado em si, que buscavam entender por completo o desenvolvimento e funcionamento dele e das instituições políticas. Fundamentados a partir de uma leitura teleológica da história, a maioria desses estudos considerava os Estados Modernos como antecessores dos Estados liberais do século XIX, entendendo que sua existência fazia parte de um desenvolvimento linear, da construção do Estado constitucional. Essa perspectiva teleológica se deu, fundamentalmente, a partir da influência da Filosofia da História hegeliana nos primeiros estudos históricos da escola historicista alemã, presente na obra de historiadores como Leopold von Ranke. Esse entendimento do passado como uma etapa na



---

constituição do presente foi, inclusive, essencial para que as nações do século XIX tornassem legítima sua existência a partir da existência dos reinos do século XVI. Nesse sentido, a chave de interpretação para a Modernidade se fixou no conceito de Absolutismo, momento em que o poder se centralizou na figura do Monarca, que daria lugar ao Estado Constitucional posteriormente. No Brasil, uma das interpretações que se tornou clássica e teve grande repercussão foi a do historiador inglês marxista Perry Anderson, em sua obra "Linhagens do Estado Absolutista" (1974). (MACHEL e MELO, 2024, p.97-109).

De igual maneira, também em Portugal, assim como nas demais nações europeias, a historiografia oitocentista investigou o Antigo Regime sob a óptica do paradigma estadualista, inferindo àquele passado valores e tradições políticas que pertenciam à realidade resultante das revoluções burguesas do final do século XVIII. Sendo assim, a análise acabou ignorando a lógica própria das instituições portuguesas, inferindo de maneira retrospectiva esses novos valores relacionados ao Estado na monarquia portuguesa. Dentro dessa lógica, a Modernidade teria sido o momento em que a monarquia lusa centralizou em si o poder político, antecedendo o estabelecimento do Estado Constitucional do século XIX. Esta centralização, na visão dos liberais do século XIX, teria acontecido a partir de um movimento consciente de busca por alargar e aprofundar o poder político pela coroa. Seria indício desse processo, por exemplo, a fixação da residência do rei e o surgimento da corte, além do desenvolvimento de uma relação de dependência desta para com o soberano. As antigas elites feudais também buscaram se integrar com o rei, passando a necessitar dele, não mais da terra. Essa relação de dependência estava atrelada às riquezas obtidas nas conquistas



ultramarinas. Também seria prova do processo de centralização política o crescimento do oficialato régio, visando aumentar a presença do rei em todo o território da monarquia, além da impossibilidade de serem retiradas as terras pertencentes ao soberano. Por fim, algumas políticas que visavam estabelecer de maneira clara a territorialidade portuguesa, como o fomento à produção de mapas, políticas de normalização das leis a partir, por exemplo, das ordenações, e o desenvolvimento artístico partindo da corte, que buscava sistematizar a língua e valorizar a identidade portuguesa, seriam também indícios dessa centralização régia durante a Modernidade, que, como dito, teria possibilitado a posterior criação do Estado. Sendo assim, o olhar oitocentista não legitimava o Estado apenas enquanto uma entidade gestada ao longo de séculos, que encontrava suas raízes no fim do Medievo, mas, essencialmente, como uma forma política já existente. A Restauração Portuguesa de 1640 era, para esses historiadores, um movimento nacional, que afirmava a identidade portuguesa frente ao domínio dos Habsburgos. Esse entendimento teleológico da formação do Estado se constituiu como a principal forma de entender a história europeia e portuguesa. A historiografia portuguesa que sucedeu os Oitocentos centrou sua análise na questão da centralização política e do Absolutismo, indicando seu início a partir da perda de poder das cortes e outros órgãos representativos e na falência da aristocracia feudal. (HESPANHA, 1984, p.17-40. CARDIM, 1998, p.131-142. MONTEIRO, 2013, p.105-115).

Essas noções persistem na historiografia portuguesa do início do século XX, sendo inclusive ponto de convergência entre tendências totalmente opostas (NETO, 2017, p.124-128). Somente em meados do século, no período entreguerras, essa tendência “estadualista” será questionada de



---

maneira mais sistemática, principalmente por historiadores críticos da maneira liberal de analisar a história, como Otto Brunner e Otto von Gierke. Fundamental nesse processo foi a crise dos grandes paradigmas interpretativos, que representou um ponto de virada dentro da historiografia ao questionar o Estruturalismo e certa historiografia marxista. É nesse contexto de Pós-Modernidade que se insere a produção do jurista e historiador António Manuel Hespanha, que junto com outros historiadores, no quarto final do século XX, revitalizou a crítica à historiografia do Oitocentos e produziu uma análise do Antigo Regime em seus próprios termos, desgarrando-o da noção de etapa no desenvolvimento do Estado por excelência. (HESPANHA, 1984, p.24-30. MACHEL e MELO, 2024, p.109-118).

Como foi dito, essa tendência crítica à historiografia liberal buscava entender e explicar o Antigo Regime em seus próprios termos, sem estabelecer equivalências entre as instituições modernas e contemporâneas, e perceberam o quanto o pensamento Medieval e a forma com que a sociedade do Antigo Regime se concebe e se organiza tinha a religião católica como base, não apenas do ordenamento político como de toda a sociabilidade, não existindo, por exemplo, distinção entre o poder civil e o poder eclesiástico. Se na sociedade liberal imperam valores como a racionalidade, objetividade, impessoalidade e igualdade, no Antigo Regime, constituído pela moral católica, as relações, mesmo na esfera política, se davam de maneira pessoal, sendo o grande objetivo o bem comum, alcançado pelo amor e pela união decorrente dos afetos. No lugar da igualdade, existe uma naturalização da diferença, que existe pois foi assim que Deus concebeu o mundo. O mundo obedece à uma ordem



---

natural divina, sendo função de quem exerce o poder político mantê-la. (CARDIM, 2001, p.133-156).

Sendo assim, o exercício político do Antigo Regime, inserido nesta ordem, é caracterizado a partir da lógica corporativa da sociedade. O corpo social é formado por diversas partes, cada uma com capacidade de autogoverno, autonomia e jurisdição própria. O rei, longe de ser um equivalente do poder executivo, existe enquanto cabeça desse corpo, devendo respeitar a autonomia das partes e buscar a harmonia entre elas, respeitando suas jurisdições e buscando manter a ordem estabelecida por Deus. Além disso, a autoridade do monarca era assentada em sua capacidade de compensar os serviços prestados à monarquia a partir de mercês e signos de distinção, algo que, como veremos adiante, foi muito buscado pelas elites camarárias. Essa relação de trocas e de compensação é traço fundamental da cultura política do Antigo Regime, sendo conhecida como economia política do dom. (HESPANHA, 1984, p.387-393. CARDIM, 1998, 142-152. e 2001, p.145-156).

Entre os poderes estabelecidos na monarquia portuguesa estavam as câmaras municipais, que tinham como função cuidar de questões relativas à fiscalidade, justiça e administração como: zelar pela vida, cuidar das ruas e recolher impostos. Para essas tratativas eram eleitos vereadores, que variam entre dois e três por municipalidade e ocupavam cargos distintos dentro da edilidade. Entre os principais estavam o de Juiz Ordinário, responsável pela aplicação da justiça e o de procurador, que tinha como atribuição representar o interesse das câmaras em questões jurídicas, além de ser responsável por repassar à câmara informações referentes à condição de bens urbanos. Havia outros cargos administrativos, que lidavam com questões do cotidiano das edilidades e



---

eram nomeados pelos camarários, como o de almotacé. O processo de eleição para a vereação das câmaras é dos mais complexos e pouco ortodoxos, e acontecia a cada três anos. Para além disso, é preciso ter em mente que a ocupação dos cargos camarários não era uma possibilidade geral. Como foi dito, existiam diferenças naturais entre as pessoas, e somente uma parcela da população do corpo social poderia preencher esses postos. Essa parcela é constituída pelos homens-bons, homens que possuíam terras, eram cristãos e, principalmente, não tinham histórico de trabalho manual (defeito mecânico). O controle das câmaras garantia uma série de privilégios materiais e simbólicos. Com o tempo, esses homens formaram a elite dessas municipalidades, utilizando os cargos em benefício próprio, além de legitimar seu controle sobre os postos e sobre seu acesso. (BICALHO, 2010. p.203-221. SOUZA, 2015, p.65-82).

Esse modelo camarário de organização foi transplantado para todos os enclaves portugueses em África, Ásia e América, e, apesar de serem regidos pelo mesmo estatuto, desenvolveram características próprias em cada um dos cantos do ultramar luso. O grau de autonomia e a composição dessas câmaras, por exemplo, irá variar bastante dependendo do local ou da época, além disso, as câmaras tinham status diferentes a depender de sua importância, as principais câmaras de cada um dos domínios portugueses eram as cabeças de capitania, e tinham privilégios como o contato direto com a Coroa. Na Índia Portuguesa, a câmara de Macau usufruiu de privilégios que câmaras localizadas em conquistas não possuíam. Além disso, chegou a exercer o governo no lugar do governador, e, tinha na figura do seu procurador o principal intermediário português com o império chinês. Em África, a câmara de Luanda, atual Angola, também desfrutou de alargadas atribuições em alguns momentos, e,



---

assim como em Macau, chegou a exercer o governo efetivo do enclave português. A composição, como dissemos, também foi diversa, não sendo poucos os conflitos entre diferentes extratos que buscavam a ocupação dos cargos camarários, visando, como dito, sua própria benesse. Saltam aos olhos os conflitos entre a elite aristocrática e os comerciantes, que cresciam em riqueza e buscavam ocupar as câmaras, desejando principalmente a nobilitação. (BICALHO, 2010, p.193-203. SOUZA, 2015, p.82-120).

A autonomia dos corpos sociais foi posta em cheque durante o século XVIII, principalmente a partir do reinado de D. José I, mas não exclusivamente. Algumas atitudes da Coroa no início do século, por exemplo, visavam maior ingerência e controle na América, principalmente na região aurífera. Na primeira metade do Setecentos serão empreendidas outras políticas régias que interferem em questões relativas ao poder local e ao comércio. Buscaremos no tópico seguinte deste trabalho dar especial atenção à relação da Coroa com os poderes locais estabelecidos em Pernambuco e Itamaracá durante esse período. A partir da caracterização das elites dirigentes, poderemos compreender melhor seus interesses, estratégias e conflitos (causados principalmente pelo acesso aos cargos do poder municipal), assim como entender de maneira aprofundada as intervenções régias na localidade e suas consequências.

**Breve histórico das Câmaras Municipais em Pernambuco e Itamaracá: história, composição e negociação (1654-1760).**



---

Buscaremos a partir de agora caracterizar algumas dessas câmaras, tendo como foco da análise sua formação, sua composição e sua relação com a Coroa e outros poderes régios, principalmente a partir do *post bellum*, e tendo como limite meados do século XVIII. Como escolha metodológica, nos deteremos nas principais câmaras de Pernambuco e Itamaracá, esta por ser o alvo principal de nossa investigação, e aquela por seu papel de protagonismo e influência nas demais capitanias do norte do Estado do Brasil. Além disso, entendemos haver importantes conexões entre essas elites, o que torna ainda mais urgente sua análise em perspectiva comparada.

A cabeça política da capitania de Pernambuco era a vila de Olinda, que recebeu seu foral no dia 12 de março de 1537. A municipalidade se desenvolveu a partir do sucesso do empreendimento do açúcar e, em paralelo, o processo de conquista do território, realizado contra os indígenas Tabajara e Caeté. Esse processo está intimamente ligado à formação da primeira leva de principais da terra, homens ligados à produção do açúcar. O brilho e a prosperidade do burgo duartino durou até 1630, ano da capitulação de Pernambuco pela Companhia das Índias Ocidentais, que incendiaram a vila e elegeram o Recife como seu centro político e econômico. Mesmo após o fim da dominação holandesa, as transformações iniciadas nesse processo, como a ruína da vila de Olinda e o desenvolvimento do Recife numa das principais praças mercantis do atlântico, foram aprofundadas no *post bellum*. Sendo assim, mesmo perdendo o status de cabeça da capitania com a Restauração, o Recife continuou sendo a morada dos funcionários mais importantes da capitania e o verdadeiro centro político e econômico. (LISBOA, 2011. p. 40-42. SOUZA, 2020. p. 45-81).



---

Soma-se a esse contexto problemático para a açucarocracia olindense a queda do preço do açúcar no mercado internacional, responsável por diminuir os ganhos dos senhores e afetar sua capacidade de consumir produtos vindos do Reino e de adquirir escravizados, principalmente após a descoberta das minas e o aumento do preço dos cativos. Em paralelo, os comerciantes da praça do Recife, que levavam as mercadorias europeias para Pernambuco, participavam do tráfico de escravizados e também financiavam a produção açucareira, cresceram com as dificuldades dos senhores. O açúcar passou a ser aceito como moeda de troca no comércio por preços muito baixos, causando um intenso endividamento dos senhores com os comerciantes, em sua maioria reinóis. A origem desse grupo remonta à guerra da Restauração, quando muitos dos homens trazidos do Reino para fazer parte do efetivo militar se envolveram na mercância. Após a retomada de Pernambuco, o movimento não cessou. Vários jovens portugueses, principalmente do norte, chegaram em Pernambuco na esperança de prosperar. Recepcionados por um parente que lhe daria ofício, esses comerciantes atuavam como viajantes até conseguirem se estabelecer numa praça comercial como comerciantes de loja aberta. Os grandes comerciantes atuavam em diversas praças e em segmentos diversos, como a pecuária e seus derivados e o tráfico de escravizados.(LISBOA, 2011. p.22-39. SOUZA, 2020. p.82-225).

Entretanto, o sucesso na mercância dependia também da inserção política. Participar de redes e se aproximar da coroa poderia render aos homens de negócios uma série de privilégios que facilitariam seus ganhos. Para tal, os reinóis atuaram principalmente na concessão de crédito à coroa e a partir da arrematação de contratos, negócio de alto risco, mas



---

que, para além de ter um grande potencial de lucro, pois possibilita a interferência direta na entrada e circulação das mercadorias em questão, objetivava o capital político. Os comerciantes arrematavam os contratos, muitas vezes pagando valores elevados, para se aproximar da Câmara de Olinda e viabilizar sua entrada na edilidade. Contudo, se inserir na câmara de Olinda não seria uma tarefa simples, pois os senhores de engenho entendiam que os cargos mais importantes seriam apenas seus, e que os comerciantes reinóis não tinham as qualidades necessárias para ocupar os cargos por possuírem defeito mecânico e não serem nobres. Esse entendimento é fruto principalmente da atuação da açucarocracia na Restauração. Os senhores de engenho passaram a se entender como os mais fiéis vassallos da Coroa, e desejavam ter seus feitos reconhecidos e recompensados, não somente a partir de mercês e outras formas de nobilitação, mas também ganhando um estatuto diferenciado. (LISBOA, 2011. p. 51-74. SOUZA, 2020. p. 155-225).

Essa noção da açucarocracia vai marcar sua relação com a Coroa. No começo do século XVIII, o discurso restaurador é utilizado pela açucarocracia em suas representações, que, para além dos signos de distinção, tinha como principal objetivo evitar a tomada de suas propriedades devido suas dívidas, negociar com a Coroa o pagamento dos donativos, garantir que os poderes régios da capitania não interviessem na edilidade, em especial nas questões relacionadas às rendas da câmara, e, principalmente, frear o desenvolvimento do Recife e o desejo dos comerciantes em participar da edilidade. Entretanto, a intervenção régia nos assuntos da câmara foi uma constante, principalmente com o objetivo de viabilizar a entrada dos mascates na edilidade. O apoio dos agentes régios e da coroa aos comerciantes era fruto de seu entendimento de que



---

a açucarocracia tinha demasiado poder, e que a presença mercantil na câmara de Olinda poderia equilibrar o jogo dos poderes na capitania. Essa intervenção da Coroa gerou uma série de contendas em Pernambuco. A rejeição da açucarocracia à entrada dos comerciantes na câmara de Olinda fez a coroa seguir outro caminho e criar em 1709 a municipalidade do Recife. A reação da nobreza de Olinda é bem conhecida, eles atentaram contra os comerciantes, destruindo o pelourinho e os depondo, além de atentarem contra o governador Sebastião de Castro e Caldas e escolheram outro governador, chegando a cogitar proclamar uma república como a de Veneza. A mascataria reagiu a agressão posteriormente, e as Alterações de Pernambuco somente chegaram ao fim com a chegada de Félix Machado para o cargo de governador da capitania, que se incumbiu de realizar as devidas punições aos sediciosos e conter os ânimos. (LISBOA, 2011, p. 51-137. SOUZA, 2020, p. 225-233).

Apesar de ser bastante semelhante, a situação em Itamaracá guarda suas particularidades. A constituição da capitania aconteceu em 1534, momento em que a Coroa dividiu sua parte da América em quinze capitanias hereditárias. Sua ocupação efetiva começou a partir de 1574, após o massacre do engenho Tracunhaém, e o domínio sobre o território consolidado em 1599, com importante participação de indígenas Tabajara no processo. A posse de Itamaracá foi alterada incontáveis vezes até 1617, quando se tornou patrimônio de Lourival de Cascais, permanecendo assim até a invasão holandesa em 1630. A cabeça da capitania era a vila de Nossa Senhora da Conceição, entretanto, os holandeses escolheram Goiana como sede da capitania. A região já vinha sendo ocupada por engenhos desde a segunda metade do século XVI, sendo muitos pertencentes à família Cavalcanti, e sua escolha passou também pelo grande número de portos,



fator fundamental no desenvolvimento das atividades comerciais, responsáveis pelo grande desenvolvimento da região no período. Após a Restauração, a situação da capitania permaneceu indefinida por muitos anos. Apesar de sua fidelidade à coroa, a posse de Itamaracá somente seria devolvida a Cascais mediante o pagamento da Fazenda Real referente aos anos de dominação Companhia das Índias. Esses anos de litígio foram marcados pela excessiva interferência dos governadores de Pernambuco em questões da capitania, e chegaram ao fim somente em 1692, com a devolução para a casa de Cascais. Nesse contexto, assim como em Pernambuco, comerciantes reinóis e membros da açucarocracia disputavam os cargos da câmara. Apesar disso, os dois grupos defendiam a manutenção de Goiana como cabeça da capitania, e a solicitaram de maneira constante até 1685, ano em que foram atendidos. (BARBALHO, 2009, p. 9-53).

Essas disputas alcançaram maiores proporções no processo de devolução da capitania à casa de Cascais e durante as Alterações. No primeiro caso, enquanto a açucarocracia, representada pelos Cavalcanti, via com bons olhos a volta do donatário, entendendo que por este ser ausente teriam mais liberdade de atuação, os reinóis, que naquele momento ocupavam a edilidade, buscaram evitá-la, pois temiam perder o acesso aos cargos. A câmara impediu a restituição, e somente durante o governo de Caetano de Melo e Castro o processo foi concluído, após os reinóis terem a garantia da manutenção de seus privilégios. Já durante as Alterações Pernambucanas, a disputa entre reinóis e mazombos se deu de maneira mais intensa, principalmente pelo estabelecimento de redes de ajuda mútua com setores da elite pernambucana, uma prática política comum à cultura do Antigo Regime. A açucarocracia goianense participou



---

diretamente da tomada do Recife e da posse de Manuel Álvares Costa como governador, sendo recompensados com a devolução do status de cabeça da capitania à vila, retirado pelo ex-governador Sebastião de Castro e Caldas, que também não nutria boa relação com os mascates de Goiana. Em outro momento, quando se preparam para outra investida no Recife, os senhores de engenho convocaram suas milícias e prenderam comerciantes recifenses que se encontravam em Goiana, o que causou uma reação dos reinóis. Posteriormente, já ao final do conflito, o governador enviado pela Coroa para Pernambuco, Félix Machado, que tinha como primeira incumbência punir os responsáveis, firmou uma rede com os mascates de Itamaracá e sua milícia conhecida como homens do cipó. A partir dos serviços prestados à coroa durante o conflito, os soldados que defendiam os mascates foram alçados à condição de tropa regular, e contribuíram com o plano do governador ao perseguir os sediciosos, enquanto os reinóis se colocaram em posição privilegiada com o novo governador. (BARBALHO, 2009, p. 24-92).

Dessa forma, fica evidente que a disputa pelo poder local em Pernambuco e Itamaracá por senhores de engenho e comerciantes contou com grande influência da Coroa, cenário que se manteve no restante da primeira metade do século XVIII. A Câmara de Olinda, que continuou protestando contra a edilidade recifense, sofreu um duro golpe em 1727 quando a Coroa tirou a administração dos contratos da edilidade alegando má gestão, dada as inúmeras vezes que a câmara não efetuou o pagamento da infantaria. Assim como a câmara de Goiana, que em 1728 teve a administração de seu contrato de subsídio do açúcar e do tabaco transferida para a Provedoria da Fazenda Real de Itamaracá. Os mascates de Recife e Goiana não passaram ilesos, pois a coroa passou a intervir no



---

comércio de escravizados com a Costa da Mina, negócio em que os camarários de Goiana estiveram envolvidos entre 1720 e 1740. Os comerciantes de Itamaracá utilizavam o tabaco de terceira qualidade produzido em seu território para conseguir escravizados, assim como outros comerciantes de Pernambuco e Bahia. O comércio com essa região da África era importante para os comerciantes pernambucanos, que vendiam escravizados em outras praças da América. No entanto, a Coroa se preocupava com o uso indevido de tabaco de primeira qualidade e ouro. O desembarque de escravizados da Costa da Mina começou a cair a partir da década de 1730, quando o poder régio começou a tomar medidas mais duras em relação ao comércio de escravizados com a região e incentivar o comércio em Angola, buscando assim tomar o controle do comércio de escravizados. Essas medidas serão aprofundadas durante o governo de D. José a partir da atuação de seu ministro Sebastião José de Carvalho Melo, o futuro Marquês de Pombal. Uma de suas primeiras ações foi a implementação da Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco em 1752, que inicialmente foi alvo de protestos dos camarários de Olinda e Recife, que mudaram sua posição ao longo dos anos após conseguirem entrar na instituição. Entretanto, é preciso destacar a posição contrária das câmaras e diversos setores da elite, algo que também será corriqueiro após a instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e será tratado em nosso próximo tópico. Além de terem participado ativamente do comércio de couros. (BARBALHO, 2009, p.39-40. LISBOA, 2011, p.116-143. LOPES, 2008, p.137-140. SOUZA, 2020, p.232-288. STABEN, 2008, p.45-100).

### **A instituição da Companhia Geral Pernambuco Paraíba e a carta enviada pela Câmara de Goiana:**



---

Como dito anteriormente, é possível observar no início do século XVIII uma maior intervenção régia nos poderes da monarquia corporativa, principalmente em questões relacionadas ao ultramar e à extração do ouro na América. Nesse momento, a balança comercial portuguesa passou a depender cada vez mais do metal precioso para ter saldo positivo, principalmente em momentos de baixa do açúcar como o último quarto do século XVII. (JÚNIOR, 2004, p.7-27.)

Essa tendência centralizadora, que como dito acima, afetou os interesses dos comerciantes em Pernambuco e Itamaracá, foi acentuada na segunda metade do Setecentos. A escassez do ouro, somada a eventos como o terremoto ocorrido em Lisboa em 1755, foi fundamental para essa mudança. A essa altura as decisões na monarquia já eram tomadas pelo futuro Marquês de Pombal. Identificando os problemas essenciais do Reino na pouca produtividade agrícola das colônias, baixa produção de manufaturas e dependência da Inglaterra, o ministro lançou uma série de políticas que visavam resolver essas problemáticas. Uma das primeiras e principais políticas foi a criação de uma série de órgãos de administração e controle fiscal nas colônias, como a já citada Mesa de Inspeção. As políticas pombalinas tinham como grande objetivo melhorar e controlar a produção dos gêneros coloniais e integrar seu comércio com outros espaços ultramarinos portugueses, como Angola. Foi nesse sentido que o ministro criou as companhias monopolistas. (JÚNIOR, 2004, p.28-60.)

Instituída em 1759, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba buscava retomar o crescimento da região a partir da melhoria do fornecimento de mão-de-obra e da regularização das frotas que



---

transportavam o açúcar para o Reino. Com sede em Lisboa, a instituição contava ainda com duas direções, uma no Porto e outra no Recife, contando ainda com funcionários na Paraíba e em Angola. Para estar dentro da administração era necessário ser comerciante e possuir ao menos dez ações. A Companhia contava ainda com estatuto jurídico próprio e uma série de privilégios fiscais. O monopólio foi instituído por vinte anos, a contar depois da primeira frota ir ao mar, o que aconteceu em abril de 1760. O capital da instituição foi formado a partir da venda de 3.400 ações (todas com valor de mil réis), obtidas em sua grande maioria por lisboetas. (DIAS, 2014, p.57-117. JÚNIOR, 2024, p.61-101).

Não é objetivo deste trabalho detalhar a atuação da Companhia, mas é necessário ao menos uma breve caracterização. Sua atuação se deu na exportação dos gêneros coloniais, como açúcar e produtos de couro e na venda de produtos do Reino dentro da colônia, além dos escravizados de Angola. Os primeiros acionistas da instituição em Pernambuco foram os homens de negócio do Recife, e com isso alcançaram uma série de privilégios e a direção da Companhia na capitania. O resto da elite pernambucana, como os senhores de engenho e outros comerciantes, não demonstrou interesse em comprar ações, além de defender o comércio livre, os senhores diziam ainda estar financeiramente abalados pelo terremoto que atingiu Lisboa em 1755. A Companhia obteve sucesso nos primeiros anos, principalmente em decorrência da alta demanda dos produtos da terra durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Porém, já em 1763 a elite de fora da Direção começou a protestar contra os pagamentos, feitos apenas em mercadorias, e contra o fim dos empréstimos aos produtores de açúcar, tabaco e couros. As reclamações eram direcionadas principalmente à Direção, que passou a controlar o comércio em



---

Pernambuco. Os grandes comerciantes que compunham a direção foram os grandes beneficiados pelo monopólio. Apesar do crescimento da produção e da estabilização do preço do açúcar no mercado internacional no período, os senhores de engenho viram crescer suas dívidas. Além disso, a economia ligada ao couro sofreu um duro golpe no período. Esses efeitos desastrosos para a elite formada por comerciantes de fora da Direção e os senhores de engenho os fizeram protestar, principalmente contra os preços estabelecidos para o açúcar e os juros cobrados praticados pelos recifenses. A situação chegou a um ponto crítico em 1778, momento em que se avolumavam as reclamações feitas pelos poderes locais em relação à instituição pombalina. (DIAS, 2014, p.176-228. JÚNIOR, 2004, p.205-208).

É dentro desse contexto que se encontra a carta enviada pelos camarários de Goiana. Como é típico da cultura política do Antigo Regime, a instituição camarária foi utilizada como veículo da demanda da elite dirigente. Buscaremos em seguida tratar das principais informações apresentadas pelos camarários na correspondência, para em seguida analisá-la a partir de duas categorias que entendemos como basilares para seu entendimento.

A carta é iniciada pelos camarários com a afirmação de que agem pelo clamor popular, imbuindo em sua representação uma característica cara ao exercício político no Antigo Regime, a ideia do agir pelo bem comum. Logo em seguida, destacam a piedade no julgamento da Rainha, esperando que ela assim julgue a situação que será apresentada. Antes de tratar especificamente da Companhia, os camarários falam sobre a capitania de Itamaracá, lembrando que ela pertencia à casa de Cascais até se tornar patrimônio régio. Os camarários ainda afirmam que essa mudança ocorreu devido à incapacidade administrativa dos particulares.



---

Ao relembrar o passado da capitania, os membros da edilidade buscam demonstrar que os habitantes da capitania se mantiveram como vassalos fiéis da Coroa em todos os momentos, mesmo os de maior dificuldade, citando inclusive uma quase guerra civil (Alterações Pernambucanas). Além disso, citam entre as dificuldades enfrentadas um período de fome na década de 1720, onde os senhores teriam se alimentado de raízes e os escravizados morrido aos montes. Todo esse cenário é construído somente para que depois os membros da câmara afirmem que o maior mal de todos chegaria depois, se referindo ao estabelecimento da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, que seria composta por comerciantes insaciáveis. É particularmente interessante nesse momento uma menção feita à 1770, momento em que outras câmaras enviaram manifestações contrárias à política da instituição. Assim como a lembrança por parte da câmara do auxílio ao Reino após o terremoto em Lisboa.

Na primeira caracterização feita pelos camarários, eles afirmam que a instituição está arruinando os fabricantes de todos os gêneros. Salta aos olhos nesse momento a descrição dos cultivadores de tabaco que é feita na carta. Os camarários afirmam que o gênero se encontra sem saída, e comparam o momento com o passado, afirmando que antes do estabelecimento do monopólio a capitania produzia 38 mil arrobas de tabaco que eram direcionadas ao comércio com a Costa da Mina. Em contrapartida, a produção do tabaco à época da carta atingia no máximo 10 mil arrobas. Além da baixa produção, a edilidade critica ainda a queda dos preços e a demora para o produto ser embarcado nos navios, afirmando que o tabaco passa muito tempo em armazéns. Por fim, defendem novamente o comércio livre, afirmando ser uma época de



---

comércio mais fácil, e lamentam pelos vassallos envolvidos na produção deste gênero.

Em seguida, a carta faz uma caracterização da situação do açúcar. Os edis afirmam que tanto senhores de engenho quanto lavradores se encontram em péssima situação, com muitos tendo seus engenhos tomados pela Companhia. Novamente, os camarários retomam o passado em oposição ao momento, e afirmam que os produtores vendiam o açúcar e conseguiam os bens trazidos pelos comerciantes mesmo quando o produto ainda não tinha saído da lavoura, e que tinham facilidade para obter escravizados. Essa afirmação busca caracterizar o passado como momento em que as trocas comerciais ocorriam de maneira simples e sem maiores prejuízos, enquanto a ação da Companhia teria contribuído para endividar os fabricantes, principalmente a partir dos juros cobrados. Os camarários criticam duramente as tomadas de propriedades feitas pela instituição.

A crítica aos juros e à paupérrima condição em que deixam os comerciantes das praças e do recôncavo, como são chamados, é uma constante. Entre outras críticas feitas ao longo do documento está a responsabilização da Companhia Geral pela queda da produção e venda dos couros, atividade em que os comerciantes de Goiana tiveram intensa participação em todo o Setecentos. Somada a essas críticas está também a afirmação de que os escravizados de maior valor eram vendidos pela Companhia na praça do Rio de Janeiro, e que a introdução na capitania de escravizados em péssimas condições chegou a causar um surto de bexiga. (MOURA, 2014, p.103-104.)



---

As últimas páginas da correspondência são novamente dedicadas à relembrar contribuições da capitania à Coroa e exaltar as qualidades da Rainha. Os membros da câmara afirmam que mesmo num estado de miséria e desarmados, foram responsáveis por expulsar o invasor holandês, devolvendo à capitania o patrimônio régio. O uso do discurso restaurador, largamente utilizado pela açucarocracia em anos anteriores, chama atenção. As linhas finais exaltam a monarca, que é classificada novamente como piedosa e detentora de grande justiça.

A carta demonstra claramente desde o início que a edilidade de Goiana se opõe à Companhia, caracterizando como uma instituição de comerciantes insaciáveis por lucros e considerados responsáveis por arruinar a produção e o comércio dos mais diversos gêneros, incluindo o tabaco, açúcar e os couros. Nesse sentido, os camarários fazem uma defesa do comércio livre de maneira direta, afirmando conseguir um lucro maior com o tabaco ao negociar com a Costa da Mina. Este pode ser um importante indicador de que, nesse momento, a câmara de Goiana tem em sua vereança comerciantes.

Como dito anteriormente, a partir da criação de duas categorias de análise podemos entender de maneira sistemática as questões centrais do documento. As categorias são: a crítica à atuação da Companhia e a estratégia empregada pelos camarários para terem suas demandas atendidas.

Como foi demonstrado, desde o início da carta os camarários falam sobre as dificuldades enfrentadas pela capitania nos últimos anos, fazendo referências à guerra, violência, roubos e a miséria causada por doenças. E buscam com essas afirmações se colocam sempre na posição de fiéis



---

vassallos, que contribuem para o bem da monarquia o tempo todo, não importa o cenário. Essa é uma estratégia de reivindicação comum ao Antigo Regime. Como foi posto no primeiro tópico deste trabalho, existia na monarquia corporativa uma economia baseada na dádiva. Senhores de engenho e comerciantes que buscam signos de distinção utilizavam para alcançá-los uma lista dos serviços prestados à monarquia. No caso do documento analisado, os camarários utilizam desses serviços para terem seu objetivo atendido, o fim da política monopolista. A exaltação das qualidades da Rainha serve ao mesmo propósito, mas revelam outro aspecto importante da sociedade do Antigo Regime português. A qualidade da justiça imbuída à Rainha demonstra que os camarários esperam dela uma atitude que restaure o equilíbrio entre os poderes na capitania, uma obrigação do monarca na monarquia corporativa. Além disso, já mais ao final de sua representação, utilizam do discurso restaurador. Afirmam que mesmo em condições adversas e sem o armamento necessário lutaram contra o invasor holandês, retratado como infiel, e que passaram com alegria sua liberdade à Vossa Majestade.

### **Conclusão:**

A representação enviada pelos camarários de Goiana são reveladoras não apenas de importantes aspectos da conjuntura pernambucana nos últimos anos da década de 1770 mas também da monarquia portuguesa. Como vimos inicialmente, o exercício de poder na Época Moderna era feito de maneira bem mais descentralizada do que antes se supunha, existindo um espaço para negociação e protagonismo das elites locais com o centro



---

a partir das câmaras municipais, caracterizando a monarquia portuguesa como corporativa, cabendo ao monarca buscar o equilíbrio entre os poderes. Apesar das mudanças ocasionadas pelo processo de centralização, é possível notar traços da cultura política do Antigo Regime ainda presentes no exercício de poder da monarquia. A reivindicação dos camarários busca, em última instância, que a Rainha D. Maria I conserve o equilíbrio dos poderes em Pernambuco. Como pudemos perceber na segunda parte de nosso trabalho, esta tarefa foi sempre das mais árduas. Ao caracterizarmos as câmaras e as elites que as compunham em Pernambuco e Itamaracá, evidenciamos aspectos importantes dos seus conflitos e interesses. Nesse momento, pudemos perceber também algumas das estratégias utilizadas por essas elites em suas reivindicações ao centro, como o uso do discurso restaurador e a lembrança de outras contribuições à monarquia. Com isso, pudemos perceber que a caracterização da atuação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba pela câmara de Goiana está diretamente relacionada aos conflitos entre os diferentes setores da elite pernambucana. Como dito anteriormente, alguns setores, principalmente a açucarocracia e comerciantes de fora da praça do Recife, não estavam presentes no braço local da instituição, a Direção, e utilizaram de outras instâncias de poder para protestar contra ela. Sendo assim, a representação da câmara de Goiana se insere diretamente nesse contexto de disputas entre as elites da capitania, e utiliza em suas reivindicações uma linguagem política de Antigo Regime, retomando o discurso restaurador, utilizado em princípios na busca por mercês e signos de distinção, e atribuindo a si o status de fiéis vassallos da coroa. Destaca-se também nesta a lembrança das benesses do comércio



antes do monopólio, podendo este ser um indicador de que a câmara está ocupada por comerciantes.

### **Referências bibliográficas:**

BARBALHO, Luciana de Carvalho. Capitania de Itamaracá, poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742). 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do império. In: FRAGOSO, J. & BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDIM, Pedro. Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime. 1998.

CARDIM, Pedro ; KRAUSE, Thiago . A Comunicação entre a Câmara de Salvador e os seus procuradores em Lisboa durante a segunda metade do século XVII. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo. (Org.). Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica. 1aed.Salvador: EDUFBA, 2016, v. , p. 59-109.

CARDIM, Pedro. Religião e ordem social: em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime. Revista de História das Ideias, Vol. 22, p. 133-174, 2001.

CURVELO, Arthur. O governador de Pernambuco e as Câmaras das Capitâneas do Norte: apontamentos sobre circuitos internos de comunicação política (1654-1746). In: SILVA, Marco Antônio Nunes da; PEREIRA, Ana Margarida Santos (org.). Poder, Religião e Sociedade no Mundo Ibero-Atlântico. 1. ed. Salvador: Edufba, 2022. p. 261-286.

CURVELO, Arthur; PAIVA, Yamê. Vice-reis, governadores e a administração da justiça na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). Tempo, v. 30, n. 3, p. e300306, 2024.



---

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. As pessoas mais distintas em qualidade e negócio: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel do Setecentos. Tese (Doutorado em História) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). Um Reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de conteúdo. Brasília, 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005.

HESPANHA, Antônio Manuel. As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político,

Portugal – século XVII. Coimbra: Ed. Almedina, 1994.

JÚNIOR, José Ribeiro. Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780). São Paulo: Hucitec, 2004.

LISBOA, Breno Almeida Vaz. Uma elite em crise: a açucarocracia de Pernambuco e a

câmara municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

LOPES, Gustavo Acioli. Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos, Pernambuco (1654-1760). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro; KAWAI, Bruno Souto Maior de Melo. Sistemas políticos e estruturas de poder. In: ARAÚJO, André; DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe; MACHEL, Marília; RODRIGUES, Rui (Orgs). A Época Moderna. Rio de Janeiro: Vozes, 2024. p.(97)-p.(127).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Impérios. In: CARDOSO, José; MAGALHÃES, Pedro; PAIS, José (Orgs). Portugal Social de A a Z: temas em aberto. Lisboa: Imprensa Publishing, 2013. p.(105)-p.(115).

MOURA, Alex Silva de. O beneficiamento do couro e seus agentes na capitania de Pernambuco (1710-1760). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.



---

NETO, Margarida Sobral. Historiografia portuguesa da Época Moderna. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 124-146, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/48008>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SCHAUB, Jéan-Frédéric. *Novas Aproximações ao Antigo Regime Português*. Pénélope, Paris, n. 22, p. 119-140, 2000.

SOUZA, G. F. C. *Elites e Exercício de Poder no Brasil Colonial: A Câmara Municipal do Recife, 1710-1822*. Recife: Editora UFPE, 2015.

SOUZA, G. F. C. *Tratos e mofatras: O grupo mercantil do Recife colonial (c.1654 - c.1759)*. Recife, 2ª edição revista e ampliada: Editora UFPE, 2020.

SOUZA, G. F. C. *Câmaras municipais e fiscalidade: Negociação, resistência e conflito (Pernambuco, primeira metade do século XVIII)*. *Varia hist.* 37 (73) · Jan-Apr 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752021000100004>. Acesso em: 20 jan. 2026.

STABEN, Ana Emília. *Negócio dos escravos: O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1709)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

Fontes manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino

Brasil-Pernambuco

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 130, D. 9830.



---

## **NORMAS DE SUBMISSÃO 2026**

A **Revista Epígrafe** é uma publicação eletrônica de caráter científico, com periodicidade semestral, organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pretendemos que a Revista seja um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de trabalhos na área de História, que tenham sido desenvolvidos exclusivamente por graduandos.

No presente documento, encontram-se todas as normas estabelecidas para a submissão de trabalhos na **Revista Epígrafe**. No caso de dúvidas, entre em contato com nossos editores pelo e-mail [revistaepigrafe@usp.br](mailto:revistaepigrafe@usp.br)

### **SUMÁRIO**

1. Da natureza do trabalho
2. Das condições de autoria
3. Do anonimato do trabalho submetido
4. Do número de trabalhos submetidos por autor
5. Do número de autores por trabalho
6. Das orientações gerais de formatação do trabalho
  - 6.1. Da formatação do arquivo
  - 6.2. Do formato e nomeação do arquivo
  - 6.3. Do conteúdo do arquivo
  - 6.4. Do uso de seções, subseções e anexos
  - 6.5. Do formato de citação e referência
  - 6.6. Do uso de notas de rodapé
  - 6.7. Do uso de termos e citações em língua estrangeira
  - 6.8. Da organização da lista de referências



- 
- 6.9. Do uso e legenda de imagens, gráficos e tabelas
  7. Do uso de conteúdo com direitos autorais sob terceiros
  8. Do processo editorial
    - 8.1. Da triagem editorial (*desk review*)
    - 8.2. Da avaliação
    - 8.3. Da revisão
    - 8.4. Da publicação e pós-publicação
    - 8.5. Da possibilidade de adiantamento da publicação
  9. Das políticas de seção
    - 9.1. Artigos
    - 9.2. Resenhas
    - 9.3. Dossiês temáticos
  10. Do processo de submissão
    - 10.1. Da documentação obrigatória
      - 10.1.1. Da documentação comprobatória
      - 10.1.2. Da carta de apresentação
    - 10.2. Do preenchimento dos dados no OJS
  11. Da política de detecção de similaridade
  12. Da política de acesso livre
  13. Da política de direitos autorais e licenciamento
  14. Da política de resolução de conflitos de interesse e violações
  15. Dos critérios de reprovação automática



## **1. DA NATUREZA DO TRABALHO**

As produções submetidas à **Epígrafe** devem estar **intrinsecamente conectadas à área de História**, o que significa haver clara participação em discussões historiográficas, manejo de fontes primárias e/ou secundárias de acordo com metodologias de análise histórica. Também é bem-vinda a interdisciplinaridade na confecção da obra, desde que os conhecimentos alheios à prática historiográfica complementem o exame histórico.

Além disso, **os manuscritos devem ser inéditos e exclusivos**, ou seja, não é permitido que tal trabalho tenha sido publicado anteriormente ou esteja passando por avaliação em outros periódicos. **A transgressão desta regra acarretará embargo de publicação de doze (12) meses.**

## **2. DAS CONDIÇÕES DE AUTORIA**

Serão aceitos trabalhos **escritos exclusivamente por graduandos e/ou graduados** — que tenham **concluído sua formação nos últimos 24 meses**, e **não tenham formação e/ou matrícula ativa em programas de pós-graduação** no momento de envio da submissão. Não permitimos co-autorias com pós-graduandos ou pós-graduados.

## **3. DO ANONIMATO DO TRABALHO SUBMETIDO**

Os trabalhos submetidos **não devem conter marcas de autoria ou quaisquer sinais de identificação a uma entidade ou instituição**. Para tanto, essas informações devem ser removidas tanto do corpo do texto quanto dos metadados do arquivo.



Como o nome sugere, metadados são dados estruturados sobre um arquivo que descrevem seus atributos intrínsecos e administrativos. Eles incluem informações como autoria, datas, formato, tamanho e licenças, servindo para identificar, gerenciar e contextualizar um arquivo.

A retirada de tais informações é facilmente feita seguindo os seguintes passos:

### **QUADRO 1 - Passo a passo para remoção de metadados no *Microsoft Word***

1. Abra seu documento Word.
2. Vá em Arquivo > Informações.
3. Clique em Verificar Problemas > Inspecionar Documento.
4. Na janela aberta, mantenha as caixas de seleção marcadas para os tipos de conteúdo que deseja inspecionar (propriedades do documento, comentários, etc.) e clique em Inspecionar.
5. Revise os resultados. Ao lado de "Propriedades do Documento e Informações Pessoais", clique em "Remover Tudo".
6. Clique em Fechar e salve o arquivo para aplicar as alterações.

**FONTE:** Elaboração própria, 2026.

Certifique-se de realizar a remoção dessas informações antes de anexar o arquivo na plataforma.

#### **4. DO NÚMERO DE TRABALHOS SUBMETIDOS POR AUTOR**

**Cada autor poderá submeter um (1) trabalho, como autor ou co-autor,** por Chamada de Trabalho da Revista. O descumprimento dessa norma acarretará o indeferimento de todos os trabalhos submetidos, inclusive em que há co-autoria.

#### **5. DO NÚMERO DE AUTORES POR TRABALHO**



---

**Serão aceitos trabalhos com, no máximo, três (3) autores**, sendo um autor principal e dois co-autores. O descumprimento dessa norma acarretará no indeferimento do trabalho.


## **6. DAS ORIENTAÇÕES GERAIS DE FORMATAÇÃO DO TRABALHO**

### **6.1. Da formatação do arquivo**

Os arquivos submetidos à *Epígrafe* devem seguir o seguinte padrão de formatação:

- Fonte: **Times New Roman**;
- Tamanho: **12** (salvo notas de rodapé, citações com mais de três linhas e legendas, que devem ser grafados em tamanho **10**);
- Alinhamento: **Justificado**;
- Espaçamento: **1,5** (salvo notas de rodapé, citações com mais de três linhas, legendas e referências) com **espaço entre parágrafos de 10 pts** (salvo títulos de imagens, tabelas e gráficos)
- Recuo de primeira linha: **1,25cm** (salvo notas de rodapé e citações com mais de três linhas)
- Margens: **3,0 cm** (laterais) **X 2,0 cm** (superior e inferior).

Para orientação sobre formatação, siga o modelo de layout:

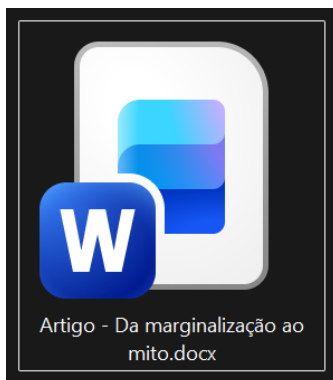
 [Modelo Formatação de Manuscrito - Revista Epígrafe \(2026 - Atual\)](#)

### **6.2. Do formato e nomeação do arquivo**

O arquivo deverá ser enviado no formato **.DOCX** ou **.DOCS**, e nomeado seguindo o modelo **“Seção - Título”**. Não é necessária a inclusão do subtítulo. A exemplo:



### IMAGEM 1 — Arquivo submetido à Epígrafe



**FONTE:** Elaboração própria, 2026.

#### 6.3. Do conteúdo do arquivo

Todo manuscrito (artigo e resenha) deverá conter, obrigatoriamente:

- Título;
- Resumo (até 10 linhas);
- *Abstract*;
- Palavras-chave (de 3 a 5 palavras, em ordem alfabética e caixa baixa [exceto nomes próprios]);
- *Keywords*;
- Corpo de Texto;
- Referências;

O título, resumo, *abstract*, palavras-chave e *keywords* devem vir na primeira página do arquivo separado do restante do texto por uma quebra de página.

#### 6.4. Do uso de seções, subseções e anexos

Caso o autor opte por organizar o trabalho em seções, elas devem ser grafadas em negrito e caixa alta, enquanto as subseções, em negrito e



caixa baixa. Os títulos das seções e subseções devem estar separados do texto que os sucede por um espaçamento de 1,5 cm. Não devem ser utilizados numeração e recuo da linha antes de seções e subseções.

Havendo anexos de texto, eles deverão estar no mesmo arquivo do trabalho, separados por quebra de página, após as referências, com o título “ANEXO” centralizado, em caixa alta e negrito, seguido pela denominação do anexo, separado por um travessão (—), em negrito e caixa baixa. O anexo deverá ser numerado em algarismo arábico. A exemplo: “ANEXO 1 — Modelos de citação e referência”

### **6.5. Do formato de citação e referência**

Para utilização de citações diretas e/ou indiretas, deve-se utilizar o sistema de referência completa em nota de rodapé. O uso do sistema autor-data não é permitido.

Em citações diretas longas (com mais de três [3] linhas), deve-se seguir o padrão: fonte Times New Roman, tamanho 10, recuo de 4,0 cm da margem esquerda, espaçamento simples e sem aspas e recuo de linha. Já as citações diretas curtas devem estar entre aspas e não poderão ultrapassar o limite de 3 (três) linhas.

No caso de intervenção:

- **Intervenção escrita** → Deve ser adicionada entre colchetes.
- **Omissão de trecho** → Deve ser marcada pelo uso de reticências, entre parênteses.
- **Grifos** → Deve ser identificado após a citação, entre parênteses, em itálico.




A exemplo:

## IMAGEM 2 — Exemplo de citação direta com intervenções

In porta mi sed urna tempor, eget vehicula orci imperdiet. Donec egestas nisi pellentesque ornare sodales. Vestibulum [vestibulo] commodo massa non arcu scelerisque elementum. (...) Ut vel elit dignissim leo lobortis consequat ac at magna. Curabitur iaculis odio ex, placerat interdum mauris sollicitudin eget. Vestibulum pharetra laoreet ante, vitae lacinia turpis egestas sed. In accumsan nibh in magna cursus malesuada. Quisque vitae tellus sed risus lacinia blandit. Nunc non pharetra lorem. Donec eros nisi, accumsan a leo vel, semper ultrices felis. Donec tempus eu mi vel iaculis.<sup>2</sup> (Grifo do autor)

**FONTE:** Elaboração própria, 2026.

Para mais orientações a respeito, veja nosso documento com modelos de referência:

 Modelos de Referência - Revista Epígrafe (2026 - Atual)

Para o caso de referência de imagens, consultar a subseção 6.9.

### 6.6. Do uso de notas de rodapé

Além da apresentação das referências, as notas de rodapé também podem ser utilizadas ao longo do texto com função explicativa. A formatação das notas de rodapé deve seguir o padrão: fonte Times New Roman, tamanho 10, com espaçamento simples e recuo entre parágrafos.

### 6.7. Do uso de termos e citações em língua estrangeira

Em caso de citações em língua estrangeira, mantém-se o texto original no corpo do trabalho em itálico e a tradução deve constar na nota de rodapé, sendo destacado que se trata de uma tradução do autor. A exemplo: “‘...’ (Tradução do autor)”. Termos isolados em língua estrangeira também devem ser grafados em itálico e sem aspas, sem obrigatoriedade de tradução em rodapé.



## **6.8. Da organização da lista de referências**

As referências utilizadas no texto deverão ser listadas ao final do trabalho na seção “Referências”, grafada em caixa alta e negrito, separadas por quebra de página e seguindo as subseções: Fontes, Bibliografia, Instrumentos de Consulta, Audiovisual, Imagens, Gráficos e Tabelas, grafados em negrito e caixa baixa.

Caso ache necessário, o autor poderá separar as fontes de acordo com sua natureza para fins de organização. Exemplo: Periódicos; Materiais Jurídicos etc.

Todos os sobrenomes e nomes dos autores devem ser grafados completos, não sendo permitido abreviações (salvo prenomes) e o recurso “\_\_\_\_\_”.

Para orientação sobre referências, siga nossa lista de modelos:

[Modelos de Referenciação - Revista Epígrafe \(2026 - Atual\)](#)

## **6.9. Do uso de imagens, gráficos e tabelas**

A inserção de imagens, gráficos e tabelas deve ser feita no corpo do texto, identificados e numerados segundo sua natureza, centralizados acima do anexo, grafados em caixa alta e negrito, seguido pelo título/explicação do anexo, em negrito e caixa baixa, separado por um travessão (—).

Já a legenda com fonte deve ser apresentada abaixo do anexo, centralizada, em tamanho 10, antecedida pela palavra “FONTE”, em negrito, caixa alta e separado por dois pontos, seguido pelas informações de autoria e/ou instituição/site detentor e ano de produção/publicação, grafado em



peso regular. Quando o anexo for extraído de um texto, deve ser apresentado a página em que ele está localizado.

A referência completa da imagem, gráfico e/ou tabela deve ser apresentada na seção de referências.

A exemplo:

### IMAGEM 3 — Revista Epígrafe V.7 N.7



FONTE: Site Revista Epígrafe, 2019.

## 7. DO USO DE CONTEÚDO COM DIREITOS AUTORAIS SOB TERCEIROS

É da responsabilidade do autor enviar à **Epígrafe**, no momento de submissão, a documentação concernente aos direitos de reprodução de imagens sob domínio privado de terceiros, com a finalidade de comprovar que a reprodução dos arquivos poderá ser realizada sem prejuízos legais.



---

Não se enquadra nessa categoria a reprodução de imagens de domínio público, de autoria própria, licenciadas sob *Creative Commons* ou casos que se enquadrem no uso justo (*fair use*), desde que devidamente creditadas.

A **Revista Epígrafe** reserva para si o direito de recusar quaisquer trabalhos que não contemplem esse requisito.

## **8. DO PROCESSO EDITORIAL**

### **8.1. Da triagem editorial (*desk review*)**

Após o período de submissão, a Comissão Editorial será responsável pela leitura prévia e triagem dos trabalhos. Durante essa etapa, o trabalho será atribuído pela editoria-chefe a um editor, que deverá **analisar o cumprimento das normas aqui dispostas**. O **descumprimento de qualquer norma acarretará no indeferimento do trabalho, sem a necessidade de que ele passe pela avaliação especializada**.

Portanto, é imprescindível que o autor se atente aos critérios de autoria, à documentação exigida, às normas gerais de formatação do arquivo, ao preenchimento das informações na plataforma, e às políticas específicas da seção que deseja submeter o trabalho.

As submissões deferidas e indeferidas serão notificadas por meio de uma mensagem automática enviada pela plataforma OJS.

### **8.2. Da avaliação**

Após a etapa de triagem, o trabalho será encaminhado pelo editor designado para a etapa de avaliação. A **Revista Epígrafe** adota o sistema de **avaliação duplo-cego** (*double-blind review*). Nesse método, o trabalho



será avaliado por, no mínimo, dois pareceristas, sem que eles tenham conhecimento da autoria, e vice-versa. No caso de divergência entre os pareceres, será solicitada uma terceira avaliação.

A seleção dos avaliadores será realizada pelo editor responsável, levando em consideração a temática do trabalho. Para essa etapa, a Revista conta com um Quadro de Pareceristas, mas também reserva o direito de solicitar avaliações para pesquisadores externos (*ad hoc*). **Todas as avaliações são realizadas por pesquisadores doutores ou doutorandos em História ou áreas correlatas. É de responsabilidade do avaliador notificar ao editor qualquer conflito de interesses**, caso ocorra reconhecimento da autoria do trabalho.

Os autores também possuem a possibilidade de indicar um avaliador no momento de submissão do trabalho, desde que não haja conflito de interesse. A decisão final de solicitação do avaliador cabe ao editor responsável.

Ao avaliador, é solicitado o envio de um parecer e a atribuição de uma nota conceitual, seguindo um roteiro enviado previamente e o sistema conceitual abaixo:

**TABELA 1 - Sistema de nota conceitual**

CONCEITO	RECOMENDAÇÃO
Excelente	O trabalho possui qualidade elevada e se encontra pronto para publicação, mesmo que seja necessário realizar revisões pontuais. Recomenda-se <b>ACEITAR</b>
Bom	O trabalho possui potencial para publicação, mas é necessário revisões médias de estrutura e/ou conteúdo antes de ser publicado. Recomenda-se <b>REVISÕES OBRIGATÓRIAS</b>



Regular	O texto possui ideias pertinentes, mas apresenta fragilidades estruturais, teóricas, metodológicas e/ou argumentativas, sendo imprescindível revisões profundas no conteúdo. Recomenda-se <b>REVISAR E SUBMETER NOVAMENTE NA PRÓXIMA EDIÇÃO</b>
Insatisfatório	O trabalho apresenta deficiências relevantes de ordem estrutural, teórica, metodológica e/ou argumentativa, sendo necessária a reescrita do texto ou até reformulação da pesquisa. Recomenda-se <b>REJEITAR</b>

**FONTE:** Elaboração própria, 2026.

A partir das duas recomendações, o editor emitirá uma decisão editorial preliminar considerando o sistema de relação de nota abaixo.

**TABELA 2 - Sistema de relação de nota com dupla avaliação**

PARECER A	PARECER B	RESULTADO
Excelente	Excelente	Aprovado
Excelente	Bom	Aprovado
Bom	Bom	Aprovado
Excelente	Regular	Terceira avaliação
Excelente	Insatisfatório	Terceira avaliação
Bom	Regular	Reprovado
Bom	Insatisfatório	Reprovado
Regular	Regular	Reprovado
Regular	Insatisfatório	Reprovado
Insatisfatório	Insatisfatório	Reprovado

**FONTE:** Elaboração própria, 2026.

Caso o trabalho necessite de uma terceira avaliação, a decisão editorial preliminar será emitida levando em consideração o seguinte sistema:



**TABELA 3 - Sistema de relação de nota com tripla avaliação**

PARECER A	PARECER B	PARECER C	RESULTADO
Excelente	Regular	Excelente	Aprovado
Excelente	Regular	Bom	Aprovado
Excelente	Insatisfatório	Excelente	Aprovado
Excelente	Insatisfatório	Bom	Reprovado
Excelente	Regular	Regular	Reprovado
Excelente	Regular	Insatisfatório	Reprovado
Excelente	Insatisfatório	Regular	Reprovado
Excelente	Insatisfatório	Insatisfatório	Reprovado

**FONTE:** Elaboração própria, 2026.

Destacamos que **as recomendações emitidas pelos avaliadores não representam a decisão final da Revista**, podendo ocorrer divergências, caso a Comissão Editorial julgar necessário.

### **8.3. Da revisão**

Após o envio da decisão editorial preliminar positiva, **o autor deverá realizar a revisão do trabalho, levando em consideração os pareceres emitidos e sugestões do editor**. O arquivo de revisão deverá ser enviado pelo sistema no prazo estipulado, no formato **.DOCX** ou **.DOCS** e nomeado seguindo o modelo **“Seção (revisado) - Título”**. A exemplo:



#### **IMAGEM 4 — Arquivo revisado e reenviado à Epígrafe**



**FONTE:** Elaboração própria, 2026.

Após o envio da revisão, a **Comissão Editorial** será responsável por **analisar e decidir se o autor cumpriu às adequações sugeridas pelos avaliadores**. Caso a revisão seja considerada satisfatória, o editor responsável encaminhará a decisão editorial definitiva para publicação. Caso contrário, o trabalho será recusado.

#### **8.4. Da publicação e pós-publicação**

Após a publicação do trabalho, o autor será notificado através de uma mensagem automática pela plataforma OJS.

No caso de identificação de erros na publicação, o autor deverá solicitar a correção através do e-mail [revistaepigrafe@usp.br](mailto:revistaepigrafe@usp.br). Após a realização das correções, o trabalho será republicado na plataforma com uma etiqueta datada e uma página de correções, notificando aos leitores que ocorreu uma revisão pós-publicação e quais foram as mudanças.

#### **8.5. Da possibilidade de adiantamento da publicação**

A *Revista* se reserva no direito de adiar a publicação da edição e/ou um trabalho para uma próxima edição da Revista em caso de atraso do



---

processo editorial, sendo responsável por notificar o(s) autor(es), que poderá decidir se seguirá com a publicação.

## **9. DAS POLÍTICAS DE SEÇÃO**

Além das normas de formatação gerais, cada seção da Revista apresenta políticas próprias que seguem discriminadas abaixo.

### **9.1. Artigos**

A seção **Artigos** destina-se à publicação de textos originais e inéditos, de caráter analítico e interpretativo, que contribuam de forma significativa para o debate acadêmico em sua área de atuação. Entende-se por artigo o texto científico que apresenta uma problemática claramente definida, desenvolvida a partir de metodologia adequada e sustentada por análise crítica consistente. Os trabalhos submetidos devem possuir uma estrutura acadêmica relativamente fixa, contemplando, obrigatoriamente, introdução, metodologia, discussão, conclusão e referências.

- Tamanho: **20 a 30 páginas**
  - Serão considerados para efeito de contagem todas as páginas do arquivo submetido na formatação exigida.
- Número de autores: **Máximo de três (3) autores**
- Método de avaliação: **Avaliação duplo-cega**
- Modalidade de recebimento: **Chamada de trabalhos**

### **9.2. Resenhas**

A seção de **Resenhas** destina-se à publicação de textos originais e inéditos dedicados à análise crítica de livros publicados no campo da História e áreas correlatas. Seu objetivo é apresentar os principais argumentos,



hipóteses, conceitos e procedimentos metodológicos mobilizados pelo autor. Espera-se que a análise vá além da descrição do conteúdo, avaliando suas contribuições historiográficas, seus limites interpretativos e sua inserção nos debates teóricos e historiográficos contemporâneos e passados.

Serão permitidas apenas resenhas de livros na íntegra, publicados em português ou em idiomas estrangeiros nos últimos cinco (5) anos. Considera-se também traduções publicadas nos últimos cinco anos de obras estrangeiras publicadas anteriormente ao período contemplado e obras que ganharam reedição nos últimos cinco anos.

**OBSERVAÇÃO:** As resenhas devem apresentar, obrigatoriamente, como subtítulo a composição: **“Resenha de SOBRENOME, Nome do Autor. Título. (Ano)”**.

- Tamanho: **5 a 10 páginas**
  - Serão considerados para efeito de contagem todas as páginas do arquivo submetido na formatação exigida.
- Número de autores: **Máximo de três (3) autores**
- Método de avaliação: **Avaliação duplo-cega**
- Modalidade de recebimento: **Chamada de trabalhos**

### **9.3. Dossiês temáticos**

A **Epígrafe** abre também possibilidade de produção de dossiês temáticos em parceria com professores, graduandos ou grupos de pesquisas, podendo ser abertos ao público geral ou restritos. As propostas devem ser encaminhadas por e-mail para [revistaepigrafe@usp.br](mailto:revistaepigrafe@usp.br) para avaliação da pertinência.



---

## 10. DO PROCESSO DE SUBMISSÃO

O processo de submissão deverá ser realizado integralmente através da plataforma OJS (*Open Journal System*) no período divulgado. **Não serão aceitas submissões enviadas por e-mail ou fora do período de recebimento.**

Para mais informações sobre como realizar a submissão, acesse nosso **documento passo a passo** e o **vídeo de demonstração**, disponíveis na plataforma da *Epígrafe*.

### 10.1. Da documentação obrigatória

Para validação da submissão, o autor deverá encaminhar, além do arquivo do trabalho, uma carta de apresentação e um documento comprobatório de graduação.

#### 10.1.1. Da documentação comprobatória

Todos os autores deverão encaminhar um **comprovante de matrícula ativa de graduação** ou um **comprovante de conclusão de graduação** emitido dentro dos últimos dois anos (24 meses) na *tag* respectiva, no formato **.PDF**. É obrigatório que o documento possua algum código de autenticidade.

#### 10.1.2. Da carta de apresentação

Todos os autores deverão encaminhar uma **carta de apresentação conjunta** na *tag* respectiva, no formato **.PDF**. A carta deve seguir o seguinte modelo:

[W Modelo Carta de Apresentação - Revista Epígrafe \(2026 - Atual\)](#)



---

## 10.2. Do preenchimento dos dados no OJS

No ato de submissão, é obrigatório o correto preenchimento dos campos apresentados no sistema OJS, incluindo aqueles considerados não-obrigatórios pela plataforma:

- A autoria;
- E-mail de contato;
- Afiliação institucional (apenas Universidade);
- ORCID;
- Lattes (URL);
- Minibiografia acadêmica;
- Título;
- Resumo;
- Palavras-chave;
- Referências;
- Dados de fomento (se houver).

A ausência de quaisquer desses elementos resultará no indeferimento da submissão.

## 11. DA POLÍTICA DE DETECÇÃO DE SIMILARIDADE

A **Revista Epígrafe** utiliza a plataforma de prevenção de plágio **Turnitin**, disponibilizada pela Universidade de São Paulo (USP). Essa ferramenta compara o material submetido com o seu banco de dados, o qual inclui “conteúdo atual e arquivado da Internet, milhares de periódicos, revistas e publicações, bem como um repositório de trabalhos que outros estudantes



enviaram à Turnitin<sup>1</sup>. A plataforma gera a partir dessa comparação um **relatório de similaridade**, no qual é apresentado “um resumo dos detalhes, como as fontes correspondentes à entrega, para ser usado como uma ferramenta para determinar se as correspondências são aceitáveis”<sup>2</sup>, além de uma porcentagem de similaridade.

Os resultados apresentados serão analisados pela equipe editorial, sendo que aqueles que **atingirem a marca de 30% ou mais de similaridades serão rejeitados**. Em todos os casos, cabe aos editores interpretar os motivos e eventuais excessos de similaridades baseando-se nas seguintes definições e categorizações:

#### **QUADRO 2 - Categorização de plágio/similaridade**

- **Plágio literal:** cópia integral de trabalho sem citação e indicação da obra consultada nas referências bibliográficas;
- **Plágio conceitual:** apropriação de ideias sem atribuí-las ao autor original;
- **Plágio em mosaico:** combinação de trechos de outro autor aos do trabalho em questão;
- **Autoplágio:** reutilização substancial de texto próprio já publicado.

**FONTE:** Elaboração Própria, 2026.

## **12. DA POLÍTICA DE ACESSO LIVRE**

<sup>1</sup> TURNITIN. Compreensão da pontuação de similaridade dos estudantes. 2025. Disponível em:

<https://guides.turnitin.com/hc/pt-br/articles/23713493434253-Compreens%C3%A3o-da-pontua%C3%A7%C3%A3o-de-similaridade-dos-estudantes>

<sup>2</sup> TURNITIN. Compreensão da pontuação de similaridade dos estudantes. 2025. Disponível em:

<https://guides.turnitin.com/hc/pt-br/articles/23713493434253-Compreens%C3%A3o-da-pontua%C3%A7%C3%A3o-de-similaridade-dos-estudantes>



---

A **Revista Epígrafe** disponibiliza o acesso público a todo o seu conteúdo, seguindo o princípio de que permitir o acesso gratuito à investigação científica gera maior troca global de conhecimentos.

### **13. DA POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS E LICENCIAMENTO**

A **Revista Epígrafe** não exerce cobrança pelas contribuições recebidas, garantindo o compartilhamento universal de suas publicações. Os autores mantêm os direitos autorais sobre os textos originais e inéditos e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. Pessoas autoras que desejam republicar seus textos em livros, coletâneas ou em outros veículos e suportes têm o direito de fazê-lo, sem necessidade de autorização expressa, desde que sejam dados os créditos apropriados à **Epígrafe** como veículo de primeira publicação

### **14. DA POLÍTICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES E VIOLAÇÕES**

Os editores tomarão as medidas necessárias para identificar e prevenir a publicação de artigos onde ocorra má conduta de pesquisa ou violações éticas, incluindo plágio, manipulação de citações e falsificação / fabricação de dados, ausência de autorizações pertinentes, discriminação, entre outros. As situações e alegações que chegarem ao conhecimento de editores e avaliadores serão levadas à Comissão e Conselho Editorial, que tomará as providências cabíveis, incluindo o encaminhamento a instâncias superiores, se necessário.



---

## **15. DOS CRITÉRIOS DE REPROVAÇÃO AUTOMÁTICA**

A **Revista Epígrafe** se reserva ao direito de reprovar qualquer trabalho que não obedecer aos critérios estabelecidos no presente documento sem necessidade de passar pela avaliação especializada.

Todavia, a reprovação do trabalho não impede que ele seja submetido novamente em uma próxima edição, contanto que se adeque às normas vigentes.

---

São Paulo, 13 de fevereiro de 2026

**Isaac Gabriel Silva** | Editor-Chefe

**Henrique Scareli de Oliveira** | Editor

**Mel Veronezi Frare** | Editora

**Nicole Maciel Cadeiras** | Editora